

Produção destrutiva, colapso ambiental e agroecologia na ótica marxista

Henrique Tahan Novaes¹

92

Resumo

Este artigo pretende analisar a questão ambiental a partir de uma perspectiva marxista. Recuperamos estudos de marxistas que abordam o avanço das corporações transnacionais e como estas produzem o colapso ambiental. Em seguida, tentamos demonstrar as potencialidades anticapitalistas da luta ambiental, bem como os riscos de que ela estacione numa espécie de “ecocapitalismo”.

Palavras-chave: Colapso ambiental; corporações transnacionais; lutas ambientais.

Resumen

En este artículo se pretende analizar la cuestión ambiental desde una perspectiva marxista. Recuperamos estudios de marxistas que abordan el avance de las corporaciones transnacionales y cómo producen el colapso ambiental. Luego, intentamos demostrar las potencialidades anticapitalistas de la lucha ambiental, así como los riesgos de que se estacione en una especie de “ecocapitalismo”.

Palabras clave: colapso ambiental; corporaciones transnacionales; luchas ambientales.

Abstract

This article seeks to analyze the environmental question from a Marxist perspective. We draw on studies by Marxists that discuss the advance of transnational corporations and how these are producing environmental collapse. Then we attempt to demonstrate the anti-capitalist potential of the environmental struggle, as well as the risks of this movement “parking” in a kind of “eco-capitalism.”

Keywords: environmental collapse; transnational corporations; environmental struggles.

¹ Docente da Faculdade de Filosofia e Ciências e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual Paulista, campus Marília-SP, Brasil. hetanov@gmail.com



Introdução: 7x1 para o capital em Brumadinho

Em novembro de 2018, a Câmara Estadual de Meio Ambiente de Minas Gerais votou pela reabertura da barragem de Brumadinho, que se encontrava desativada havia três anos. Poucos pareciam se lembrar da tragédia de Mariana, ocorrida em 05 de novembro de 2015. E, por 7x1, a Câmara liberou a barragem. Naquela ocasião, a única representante da “sociedade civil”, que votou contra, declarou seu voto: “Isso beira à insanidade”. Para nós, era a própria insanidade. Em Minas, no Mineirão, com os mesmos 7x1, a Alemanha eliminou o Brasil da Copa do Mundo de futebol masculino de 2014. Foi traumático, mas passou.

Aquele placar de 7x1 que liberou a barragem anuncia outra tragédia. A era da barbárie está trazendo problemas mais complexos para a humanidade do que a era dos extremos (HOBBSAWM, 1996). No Brasil, poderíamos destacar a nova fase da acumulação primitiva, que tem resultado na escalada dos assassinatos. Chico Mendes, trabalhadores do massacre de Corumbiara, Eldorado dos Carajás, Doroty Stang, dentre inúmeros outros são vítimas da era da barbárie. No mês de maio de 2017 vieram à tona os incidentes do Vale do Rio Doce (assassinato de uma liderança do MST), de Colniza, dos índios maranhenses e a chacina de 10 trabalhadores sem-terra, em Redenção, no Pará.

Na Era da barbárie, as corporações transnacionais jogam os seus tentáculos em todas as dimensões da nossa vida e cinicamente intensificam a propaganda das soluções estritamente tecnológicas.

Houve em 2016 no Brasil um golpe parlamentar mais complexo e difícil de ser compreendido que os anteriores. Em dois anos foram



eliminados mais de 2 milhões de empregos, inundando as taxas de desemprego, que hoje somam cerca de 14 milhões de desempregados, de acordo com as estatísticas oficiais². No meio rural, voltam a aparecer acampamentos à beira das estradas e na cidade as lutas dos sem-teto crescem a cada dia. Estas são manifestações de um povo que realiza lutas seculares para ter direito à terra, ao trabalho, à educação, à saúde e à vida.

Neste artigo pretendemos analisar a questão ambiental na perspectiva marxista. Recuperamos alguns estudos de marxistas que abordam o avanço das corporações transnacionais e como estas estão produzindo o colapso ambiental. Em seguida abordamos brevemente o potencial da agroecologia.

Corporações transnacionais e colapso ambiental na ótica do marxismo

Intelectuais marxistas têm se preocupado cada vez mais com os desastres ambientais. Destacamos, dentre outros, os estudos como o de John Bellamy Foster (2005), com o livro *A ecologia em Marx*; István Mészáros (2002), em *Para além do capital*; Joel Kovel e Michael Löwy (2002) com o *Manifesto ecossocialista internacional*; Elmar Altvater (2007), *Existe um marxismo ecológico?*; Michael Löwy (2003) *Ecologia e socialismo*; e, do mesmo autor, Löwy (2018), *Mensagem ecológica ao camarada Marx*. No campo da agroecologia, de vertente marxista, é possível destacar os estudos de Thelmely Torres Rego (2016), *Formação em agroecologia*; Dominique Guhur (2015), *Questão ambiental e agroecologia*; Wilon Mazalla Neto (2014),

² Evidentemente, estas estatísticas estatais tendem a subestimar o avanço do desemprego e do subemprego. A este respeito, consultar Mészáros (2011).



Agroecologia e Movimentos Sociais; Henrique Novaes, Diogo Mazin e Lais Santos (2015), *Questão agrária, cooperação e agroecologia*; Henrique Novaes (2017), *Mundo do trabalho associado e embriões de educação para além do capital*; Sevilla Guzman e Molina (2011), *Sobre a evolução do conceito de campesinato*.

Fora dele, mas em diálogo com o marxismo, é possível destacar os estudos de Machado e Machado Filho (2013), *A dialética da agroecologia*; Ignacy Sachs (1986), *Espaços, tempos e estratégias de desenvolvimento*; Ana Primavesi (1986), *Agricultura sustentável*; Paulo Petersen, José Maria Tardin e Francisco Marochi (2002), *Tradição (agri)cultural e inovação agroecológica*; Jan Ploeg (2008), *Camponeses e impérios alimentares*; Jean Ziegler (2003), *Destruição em massa* etc., que trazem contribuições fundamentais para as lutas “ambientais”.

O estudo rigoroso de Luis Marques (2015) é um dos mais importantes dos últimos tempos, em nível internacional. O autor recupera a ascensão das corporações transnacionais no século XX e realiza um estudo minucioso em vários “campos”. Se é verdade que o “prognóstico” é insuficiente, por não ter uma teoria da emancipação do trabalho, o “diagnóstico” é compensando com uma ampla e exaustiva teoria do colapso ambiental.

Surgiam, na virada do século XIX para o século XX, as grandes corporações capitalistas, como nos mostrou Lenin (2003), em *Imperialismo, fase superior do capitalismo*. Não mais estamos diante do capitalismo concorrencial analisado por Karl Marx em *O Capital*. A ascensão das gigantes corporações capitalistas monopolistas e oligopolistas, no século XX, lançou seus tentáculos em todas as dimensões da vida com seus novos produtos no



mercado, com suas novas formas de gerir a força de trabalho e a criação de novas tecnologias. Apresentam-se juridicamente como impessoais, mas têm por trás bilionários fundos de pensão, gestores que buscam a incessante autovalorização do capital e, logo, não hesitam em promover guerras, derrubar governos, assassinar lideranças de movimentos sociais, roubar terras e provocar inúmeros desastres socioambientais.

Desde os anos 1960, dentro do projeto de expansão rumo à América Latina, à China e de destruição do Estado de bem-estar social na Europa, houve nova investida das corporações capitalistas. Por meio do desenvolvimento tecnológico, que gerou novos produtos e novos processos de trabalho, com pesquisas científicas para manipular a mente humana para o consumo e aumentar o engajamento dos trabalhadores no chão de fábrica, os “tubarões tigre” passaram a ter um verdadeiro sistema de controle social, uma espécie de *Big Brother Corporativo* em paralelo aos sistemas de informação dos Estados nacionais.

As “corporações-monstro” estão cada vez mais livres para avançar na mercantilização da vida, no domínio de territórios e na livre circulação das suas ações nas bolsas de valores. Nos relatórios da ONU se fala em “administração da pobreza” e não mais “superação da pobreza” ou em “estratégias de desenvolvimento”. Com o avanço das políticas neoliberais baseadas na privatização direta e indireta de serviços públicos, isto é, o Estado mínimo para os trabalhadores e máximo para o capital financeiro, a barbárie só ganhará mais combustível: teremos o surgimento de mais e mais favelas, o aumento das taxas de desemprego e subemprego, destruição da



vida dos servidores públicos, guerras de baixa intensidade, ressurgimento do fascismo, dentre outros³.

Corporações capitalistas de altíssimo calibre das indústrias de agrotóxicos, transgênicos, tratores e implementos agrícolas e na comercialização de commodities, produzem inúmeros danos para a classe trabalhadora, como roubo de terras, envenenamento dos produtores e consumidores, aumento das alergias, endividamento de pequenos e médios produtores etc. Ainda assim se apresentam como empresas com responsabilidade social. Na página de uma dessas corporações lemos que ela é produtora de “defensivos agrícolas” e que contribui para “matar a fome da humanidade”.

Ora, em Minas Gerais, a Vale, coproprietária da Samarco, gerou uma verdadeira irresponsabilidade social empresarial em 2015, com o rompimento da barragem em Mariana. Naquele mesmo ano, as corporações promoveram outra irresponsabilidade no Brasil, jogando 2 milhões de trabalhadores/as no desemprego.

Em outro plano, as consequências da *revolução verde* foram narradas por pesquisadores, documentaristas, cientistas, intelectuais orgânicos de movimentos sociais, dentre outros. Ziegler (2013), no livro *Destruição em massa – a nova geopolítica da fome*, nos mostra o irracionalismo da produção de commodities, isto é, a produção voltada para acumulação de capital e todas as consequências que o modo de produção capitalista traz para a humanidade. Rogério Macedo (2015), num profundo diálogo com

³ Ver Ziegler (2013), Mike Davis (2007), Netto (2008) e Lima Filho, Novaes e Macedo (2017).



Ziegler, observa que está havendo a “destruição da força de trabalho” e isso tem nome: catástrofe humanitária. Para ele:

O fenômeno possui duas dimensões: uma sistêmica e uma específica. A primeira diz respeito à conversão de todo o sistema do capital em máquina de destruição em massa, pela subtração das condições mínimas de reprodução da classe trabalhadora global, processo regido pela clássica lei absoluta geral da acumulação capitalista. A essa dimensão, denomina-se complexo sistêmico destrutivo dos trabalhadores: em tudo agravado pela presença determinante da crise estrutural. A segunda dimensão consiste em parcela pontual do supracitado complexo (igualmente regida pela lei geral da acumulação) que é a responsável imediata pelo bloqueio das positivities envolvidas com o crescimento da produção e comercialização de alimentos. A ela, dar-se-á a denominação complexo da fome e da degradação dos hábitos alimentares. Portanto, são duas dimensões mutuamente determinadas, uma contida dentro da outra: todas profundamente destrutivas, determinadas pela crise estrutural, levada a tal pela mundialização do capital.

Esquemáticamente, pode-se dizer: a destruição em massa da força de trabalho é a consequência; o referido complexo da fome e da degradação dos hábitos alimentares é parcela do sistema do capital; seus mecanismos são as epidemias da fome e a degradação dos hábitos alimentares. (MACEDO, 2015, p. 311-312).

As lutas ecológicas e a agroecologia

Os movimentos sociais dos anos 1930-1960 foram destruídos pela ditadura de 1964-1985. Na segunda metade dos anos 1970 surgiram



inúmeras lutas puxadas pelos trabalhadores. Eclodiram em todos os cantos do país lutas contra a fome, por habitação, emprego, melhores salários, melhores condições de trabalho para o funcionalismo público, lutas dos bancários, lutas por terra e teto, por creches, por saneamento básico, lutas por educação e democratização da escola pública, lutas dos atingidos por barragens etc⁴.

No fim das contas, o capital saiu vitorioso com a sua “transição gradual, lenta e segura”. Os trabalhadores não conseguiram garantir eleições diretas e o capital esteve no controle da transição, a ponto de Florestan Fernandes (1986) se perguntar se estávamos mesmo entrando na fase da “Nova República”⁵. No que se refere às lutas contra a revolução verde, esta “criou corporações-monstro, como a Monsanto, que estabeleceram de tal forma seu poder em todo o mundo, que será necessária uma grande ação popular voltada às raízes do problema para erradicá-lo” (MÉSZÁROS, 2004).

Ainda estamos muito longe de uma grande ação popular voltada a este propósito. Quem concebe e implementa a agenda ambiental são as corporações transnacionais. Para exemplificar, não bastasse a produção “tradicional” de mercadorias, agora as corporações transnacionais do agronegócio têm um setor “verde”, que poderíamos chamar de “mercadorias verdes”. As corporações capitalistas perceberam este novo mercado e se adequaram às bandeiras “ambientalmente sustentáveis”. Como tudo na sociedade se transforma em mercadoria, a agenda “verde” atraiu as classes

⁴ Ver, por exemplo, Sader (1988); Dal Ri e Vieitez (2008).

⁵ Ver também Netto (2013), Sampaio Jr (2013), Minto (2015) e Deo (2014).



médias e uma parcela da população, em alguma medida consciente dos riscos do pacote da revolução verde⁶.

Na sociedade capitalista do século XXI, é plenamente possível e coerente para a classe média proteger seu corpo “individualmente”, comprando produtos orgânicos, votar em candidatos fascistas, condenar os direitos sociais e sair às ruas de verde amarelo. Na outra ponta da sociedade, os movimentos sociais estão promovendo denúncias e ações que, na nossa interpretação, possuem um potencial anticapital. Elas podem nos ajudar a construir uma sociedade para além do capital, dentro de uma “grande ação popular voltada às raízes do problema para erradicá-lo” (MÉSZÁROS, 2004). Como herdeiro de Marx, o autor húngaro observa que a questão fundamental no século XXI continua sendo a emancipação do trabalho. No entanto, a obra do autor nos fornece pistas importantes que foram subestimadas no século XX, como a articulação da emancipação do trabalho com a igualdade substantiva, a questão ambiental, a questão de gênero, o internacionalismo das lutas, dentre outras.

Procuramos mostrar em outros estudos (NOVAES, 2012) que o MST incorporou a agenda agroecológica nos anos 2000. Para nós, esta agenda é composta de algumas dimensões que tem potencial anticapital, das quais destacamos: a) a soberania alimentar; b) a reforma agrária popular, c) a denúncia do pacote da “revolução verde”; d) questões de gênero, e) o

⁶ Para os limites da bandeira do “consumo responsável”, ver o livro organizado por Novaes, Mazin e Santos (2015). Cabe lembrar também que as teorias dominantes sobre a questão ambiental têm colocado a “culpa” da destruição ambiental nos indivíduos, sem colocar evidentemente o holofote no principal determinante da produção destrutiva: as corporações capitalistas.



trabalho associado, f) a comercialização popular; g) a modificação da agenda de pesquisa, ensino e extensão das instituições públicas, dentre outras.

Certamente a agroecologia não irá avançar sem a conquista da terra. Sem uma ampla reforma agrária, infelizmente não há agroecologia. Sem a superação do trabalho explorado-alienado, não há agroecologia. Sem o avanço do feminismo, não há agroecologia⁷. Sem uma completa desmercantilização da sociedade e sem soberania alimentar, não há agroecologia. A conquista dos meios de produção tornou-se tarefa vital no século XXI. Mais que isso, a conquista e o controle dos meios de produção pelos trabalhadores tendo em vista a construção de uma sociedade governada pelos produtores livremente associados, totalmente desmercantilizada, também é tarefa fundamental na agenda de lutas no século XXI.

O MST tem defendido uma Reforma Agrária Popular. Tudo leva a crer que as classes proprietárias brasileiras não aceitarão uma reforma agrária, muito menos uma reforma agrária de caráter popular. Como um grande produtor de riqueza e de miséria, o Brasil tornou-se um dos maiores celeiros da humanidade, mas também um dos maiores celeiros de miséria. As marcas da matriz colonial baseada no latifúndio, da produção voltada para o exterior e do trabalho escravo estão “gravadas” no país até hoje, onde produz-se milho para porcos e frangos, mas não tem milho para alimentar os filhos da classe trabalhadora⁸.

⁷ Para este debate, ver Pinassi e Mafort (2012).

⁸ Para este debate, ver Prado Jr (2002), Sampaio Jr. (2013), Ziegler (2012), Macedo (2015) e Deo (2017).



Segundo David Harvey (2004) e Walter Gonçalves et al (2016), o Brasil é um dos palcos centrais da “acumulação por espoliação”. Roubo de terras públicas, cercamento ilegal de terras, roubo de terras de posseiros, pequenos produtores, faxinalenses, etc. tornaram-se mais comuns do que imaginamos. A soberania alimentar, isto é, a luta contra a produção e a exportação de commodities ganha um papel primordial na medida em que está em jogo a alimentação adequada dos seres humanos, e não a “alimentação dos lucros do capital”. E, ao que tudo indica, nesta nova fase do capitalismo surgirão inúmeras lutas contra o fechamento de escolas, lutas por terra e teto, por habitação, transporte público barato e de qualidade, acesso a universidade pública, saúde pública. As parcas conquistas republicanas duramente arrancadas pelos trabalhadores estão sendo destruídas, numa espécie de “desproclamação da república”.

Diante deste contexto de ofensiva do capital e destruição de tudo o que é público, qual é o potencial anticapital da questão ambiental e o desafio para os movimentos sociais?

No caso brasileiro, o primeiro de todos é reestabelecer a democracia e acabar com o golpe institucional o mais rápido possível. Além disso, fazer avançar as lutas anticapital. Aparentemente, lutar contra o fechamento de escolas, contra a destruição da saúde pública, lutar por terra, moradia e melhores salários/direitos trabalhistas são lutas “reformistas”. Mas, no contexto de ofensiva do capital, elas adquirem radicalidade, por mais difícil que isso possa parecer. Porém, contraditoriamente, acreditamos que as lutas precisarão avançar rumo a bandeiras e ações anticapital mais precisas: autogestão, cooperação, desmercantilização, ecossocialismo, terra de



trabalho (e não terra de negócios), soberania alimentar, igualdade substantiva, educação para além do capital (NOVAES, 2017).

Lutas pelo definhamento do Estado capitalista e sua burocracia, a unificação das lutas da classe trabalhadora e a propriedade comunal, a construção da nossa revolução, são bons exemplos do que estamos teorizando. Sem elas dificilmente caminharemos rumo a uma revolução na América Latina. Na falta dessas bandeiras, as classes proprietárias poderão até ceder aqui ou ali, mas a essência do sociometabolismo do capital estará preservada. Sem estas pautas, a luta pela terra irá se tornar agricultura familiar, a luta por teto irá se tornar no máximo um “puxadinho” do programa governamental *Minha Casa, Minha Vida*, sob o comando das corporações, e a luta pela agroecologia permanecerá no terreno do “consumo responsável” e assim por diante.

Tais lutas também não poderão ficar no terreno eleitoral. Como nos alerta Mészáros (2008), as lutas do século XXI devem ter como base as lutas extraparlamentares:

[...] a força extraparlamentar original e potencialmente alternativa do trabalho transformou-se, na organização parlamentar, permanentemente desfavorecida. Embora esse curso de desenvolvimento pudesse ser explicado pelas fraquezas óbvias do trabalho organizado em seu início, argumentar e justificar desse modo o que havia realmente acontecido, nas atuais circunstâncias, é apenas mais um argumento a favor do beco sem saída da socialdemocracia parlamentar. Pois a alternativa radical de fortalecimento da classe trabalhadora para se organizar e se afirmar fora do Parlamento – por oposição à estratégia derrotista seguida ao longo de muitas décadas até a perda completa de



direitos da classe trabalhadora em nome do “ganhar força” – não pode ser abandonada tão facilmente, como se uma alternativa de fato radical fosse a priori uma impossibilidade (MÉSZÁROS, 2008, p. 18).

Para nós, a luta anticapital no século XXI deve estar centrada na emancipação do trabalho, em plena articulação com questões ambientais, de gênero, etc. Para ela acontecer a pressão das ruas deverá ser enorme. A luta centrada no parlamento, como mostrou Mézszáros (2008) nas linhas acima, torna-se limitada. O retorno ao trabalho de base para construir a revolução, a construção da estética anticapital, sempre tendo em vista a superação do trabalho alienado e sua forma de política correspondente, também alienada, serão desafiadoras nos próximos anos. Não é possível parir uma revolução sem construí-la.

Ao que tudo indica, as lutas na América Latina não comportam o gradualismo e o reformismo típicos dos partidos de esquerda das últimas décadas. Não é possível se aliar, não é mais possível conciliar as classes, se aliar ao capital. Vimos o desfecho do lulismo: com o aprofundamento da crise econômica, a aristocracia operária foi “ejetada” do Governo, num perfeito golpe parlamentar-jurídico. Evidentemente que uma revolução necessita de uma teoria revolucionária adequada para o século XXI e adequada para as especificidades da América Latina⁹.

Sendo assim, o avanço da conquista da terra na América Latina pelos camponeses, indígenas, quilombolas e trabalhadores rurais somente se dará dentro de um quadro revolucionário. Na falta dela, a agenda agroecológica dos movimentos sociais irá avançar a passos lentos, muito provavelmente na

⁹ Para este debate, ver Iasi, Figueiredo e Neves (2018).



forma de um neocapitalismo tolerável pelas classes dominantes, na forma de um agronegócio “verde” ou talvez de uma tímida política de criação de assentamentos isolados¹⁰. O avanço da agroecologia dentro de uma estratégia ecomunista e autogestionária depende da luta política, ou melhor, do avanço das lutas anticapital dos movimentos sociais e da formação da consciência revolucionária.

Na América Latina, o sujeito revolucionário é múltiplo e complexo. Boa parte da nossa classe trabalhadora nunca pisou numa fábrica e num sindicato. Vive na informalidade, sem vender diretamente sua força de trabalho a um patrão. A construção da unidade das lutas dos indígenas, quilombolas, camponeses e camponesas, trabalhadores rurais, da classe trabalhadora urbana assalariada, formal e informal, e da nova classe trabalhadora terceirizada, não será nada fácil, mas é imprescindível. Construir essa unidade é tarefa urgente diante do colapso ambiental e das armas de destruição em massa de trabalhadores: fome, miséria, guerras preventivas, desemprego, subemprego, multiplicação das favelas, etc.

Referências

ALTVATER, Elmar. **Existe um marxismo ecológico?** In: BORÓN, A. (org.) *A teoria marxista hoje*. São Paulo: Expressão Popular-Clacso, 2007.

DAVIS, Mike. **Planeta Favela**. São Paulo: Boitempo, 2007.

¹⁰ Na América Latina como um todo, eclodiram inúmeras lutas por terra, habitação, água, saneamento básico, saúde, educação, controle dos recursos naturais, dentre outras. Em geral, estas lutas “estacionaram” em demandas pontuais, especialmente porque a ofensiva do capital não permitiu aos trabalhadores a sua ultrapassagem. Ao contrário, tendeu a jogar os trabalhadores como um todo na miséria ou na defensiva. Mas também é preciso destacar que nos falta uma teoria adequada da transição ao comunismo na região.



DEO, Anderson. Autocracia burguesa e questão agrária no Brasil. In: PIRES, J. H. et. al (orgs.). **Questão agrária, Cooperação e Agroecologia**. Vol. 3. Uberlândia: Navegando, 2017.

_____. Uma transição à *long term*: a institucionalização da autocracia burguesa no Brasil. In: PINHEIRO, Milton (org.). **Ditadura: o que resta da transição**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

FERNANDES, Florestan. **Nova República?** São Paulo: Zahar, 1986.

FOSTER, John Belamy. **A ecologia em Marx**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

GONÇALVES, Walter Porto et. al. **Conflitos no campo 2015**. Goiânia: CPT, 2016.

GUHUR, Dominique. Questão ambiental e agroecologia: notas para uma abordagem materialista dialética. In: NOVAES, Henrique Tahan; MAZIN, Diogo; SANTOS, Lais. **Questão agrária, Cooperação e Agroecologia**. Vol. 1. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

HARVEY. David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

IASI, Mauro; FIGUEIREDO, Isabel Mansur; NEVES, Victor. **A estratégia democrático-popular: um inventário crítico**. Marília: Lutas anticapital, 2018.

KOVEL, Joel; LÖWY, Michel. **Manifesto ecossocialista internacional**. *Capitalism, Nature, Socialism - A Journal of Socialist Ecology*, 2002.

LENIN, Vladimir. **Imperialismo, fase superior do capitalismo**. São Paulo: Centauro, 2003.

LIMA FILHO, Paulo Alves. **Pensando com Marx (I)**. Marília-São Paulo: Lutas anticapital-Aramarani, 2018.

LIMA FILHO, Paulo Alves; NOVAES, Henrique Tahan; MACEDO, Rogério. (orgs.) **Movimentos sociais e crises contemporâneas à luz dos clássicos do materialismo crítico**. Uberlândia: Navegando, 2017.

LÖWY, Michael. **Mensagem ecológica ao camarada Marx**. *Cadernos Cemarx*, Campinas, n. 11, 2018.

_____. **Ecologia e Socialismo**. São Paulo: Cortez, 2003.



- MACEDO, Rogério Fernandes. A destruição em massa: a tragédia da fome e da degradação dos hábitos alimentares. In: In: NOVAES, H. T.; SANTOS, J.; PIRES, J. H. (Orgs.). **Questão agrária, cooperação e agroecologia**, vol. I. São Paulo: Outras Expressões, 2015.
- MACHADO, Luiz Carlos Pinheiro; MACHADO FILHO, Luiz Carlos Pinheiro. **A Dialética da Agroecologia**: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- MARQUES, Luiz. **Capitalismo e colapso ambiental**. Campinas: Ed. Unicamp, 2015.
- MAZALLA NETTO, Wilon. **Agroecologia e Movimentos Sociais**: entre o debate teórico e sua construção pelos agricultores camponeses. Tese. (Doutorado em Engenharia Agrícola), Universidade Estadual de Campinas, 2014.
- MÉSZÁROS, István. **Atualidade histórica da ofensiva socialista** – uma alternativa radical ao sistema parlamentar. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.
- _____. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.
- _____. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.
- NETTO, José Paulo. Prefácio. In: ZIEGLER, Jean. **Destruição em massa**: geopolítica da fome. São Paulo: Cortez, 2013.
- _____. **Uma face contemporânea da Barbárie**. Rio de Janeiro, 2008.
- NOVAES, Henrique Tahan. **Mundo do trabalho associado e embriões de educação para além do capital**. Marília: Lutas anticapital, 2018.
- _____. **Reatando um fio interrompido**: a relação universidade movimentos sociais na América Latina. São Paulo: Expressão Popular-Fapesp, 2012.
- NOVAES, Henrique; MAZIN, Diogo; SANTOS, Lais (orgs.). **Questão Agrária, Cooperação e Agroecologia**. São Paulo: Outras Expressões, 2015.
- PETERSEN, Paulo; TARDIN, José Maria; MAROCHI, Francisco. **Tradição (agri)cultural e inovação agroecológica**: facetas complementares do desenvolvimento agrícola socialmente sustentado na região centro-sul do Paraná. AS-PTA e Fórum das Organizações dos



- Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Centro-Sul do Paraná, 2002.
- PINASSI, Maria Orlanda; MAFORT, Kelli Os agrotóxicos e a reprodução do capital na perspectiva feminista da Via Campesina. In: RODRIGUES, Fabiana; NOVAES, Henrique Tahan; BATISTA, Eraldo (orgs.) **Movimentos sociais, trabalho associado e educação para além do capital**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.
- PLOEG, Jan. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.
- PRADO JR., Caio. **A revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 2002.
- PRIMAVESI, Ana. **Agricultura sustentável**. São Paulo: Nobel, 1986.
- REGO, Thelmely Torres. **Formação em agroecologia**. Programa do Contestado da AS-PTA. Tese (Doutorado em Educação). Florianópolis: UFSC, 2016.
- SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SAMPAIO JR., Plínio. Notas críticas sobre a atualidade e os desafios da questão agrária. In: STEDILE, João Pedro (org.) **Debates sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- SACHS, Ignacy. **Espaços, tempos e estratégias de desenvolvimento**. São Paulo: Vértice, 1987.
- SEVILLA GUZMAN, Eduardo; MOLINA, Manuel. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- ZIEGLER, Jean. **Destruição em massa: geopolítica da fome**. São Paulo: Cortez, 2013.

Recebido em 30 abr. 2020 | aceite em 13 mai. 2020

